

Soam os tambores da guerra?



» RAUL JUNGMMANN
Ex-ministro da Reforma Agrária, da Defesa e da Segurança Pública, é atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

Ingressamos no que se afigura uma nova era de conflitos e tensões que reverberam por todo o planeta. Os sons das guerras atuais — na Ucrânia, no Oriente Médio, no Irã — não são apenas ecos de batalhas isoladas, mas sinais de uma transformação profunda na ordem mundial.

Podemos dividir em três eixos os conflitos e as guerras em curso. A decaída da governança global e do multilateralismo, com a falência gradual, mas acelerada de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho de Segurança e a Organização Mundial do Comércio (OMC), cada vez com menos voz e influência nas questões internacionais.

A escalada de conflitos, que se proliferam nesse vazio de autoridade, coordenação e controle global. Diversas guerras e tensões estão acontecendo ao redor do mundo, como em Ucrânia, Israel, Estados Unidos e Irã, a disputa entre Arábia Saudita e Iêmen, além do conflito entre Paquistão e Índia.

Em terceiro lugar, o rearmamento e o aumento de gastos militares, em proporções vertiginosas. Alemanha e Japão ampliaram seus investimentos em defesa em escala entre 21% e 28% do PIB, respectivamente, entre 2023 e 2024, enquanto União Europeia e Otan subiram os seus para 5% do PIB.

Em 2024, o gasto total em defesa alcançou US\$ 4,3 trilhões, o que representa uma priorização maior do militarismo, às custas de investimentos em combate às mudanças climáticas e de infraestrutura. Além disso, foi considerado o ano mais conflitivo das últimas sete décadas, com 61 conflitos em 33 países ao redor do mundo, reforçando a escalada da tensão global.

São sinais alarmantes. Segundo o Conselho Europeu, “o aumento dos investimentos em defesa é fundamental para garantir a segurança e a soberania europeia diante de desafios crescentes, especialmente no contexto da crise na Ucrânia e das tensões com a Rússia”.

A confirmação dessa postura veio também da Otan. Em comunicado recente, o secretário-geral da organização, Mark Rutte, afirmou que “o aumento dos gastos em defesa por parte dos países europeus é um passo importante para fortalecer a aliança e garantir uma resposta coordenada às ameaças atuais”.

Além das manifestações institucionais, as declarações de líderes como as do presidente francês, Emmanuel Macron, e as do chanceler alemão, Friedrich Merz, ao Financial Times reforçam a percepção de que esse aumento dos gastos em defesa não é pontual, mas busca posição mais autônoma e permanente, em movimento que traz riscos de uma escalada militar em detrimento do diálogo diplomático, que perde prioridade.

Macron diz que “a Rússia representa uma ameaça existencial para a segurança europeia e global” e que “é necessário que a Europa assumira uma postura mais firme e autônoma na sua defesa”. Friedrich Merz afirma que “a Europa não pode mais depender exclusivamente de aliados distantes e deve investir mais em sua capacidade de defesa para garantir sua soberania”.

Esse contexto fragmenta a ordem internacional, com retração do comércio global, aumento do protecionismo e mudanças nos acordos multilaterais, criando uma paisagem mais instável nas relações internacionais. Como reflexo, a desglobalização, que já vinha como tendência nos últimos anos, ganha mais impulso, com uma transformação profunda nas relações econômicas, políticas e sociais entre os países, marcada por uma maior ênfase no nacionalismo, na autossuficiência e na proteção de interesses locais.

Entre os principais fatores que fortaleceram essa tendência, está a pandemia de 2020, que evidenciou a vulnerabilidade das cadeias de suprimentos internacionais e levou muitos países a repensarem suas estratégias de dependência externa. Como resultado, vimos uma retomada de políticas protecionistas, tarifas elevadas e uma maior ênfase na soberania nacional.

Foi assim que os minerais críticos e estratégicos passaram ao topo da geopolítica mundial, produzindo tensões entre grandes potências, como Estados Unidos, China e Rússia, contribuindo para a desaceleração do fluxo de comércio e investimentos internacionais numa guerra tarifária paralela aos embates militares — com pacotes de sanções econômicas, restrições comerciais e uma maior fragmentação das redes globais.

O Brasil, neste universo em crise, vive momento singular, marcado pelo potencial de suas reservas minerais e, mesmo ainda sem uma política de Estado que agregue valor à sua produção, é exportador de suprimentos indispensáveis a um equilíbrio distributivo menos desigual, com peso decisivo na segurança energética e alimentar.

Inseridos na América do Sul, não queremos a guerra, somos exportadores da paz.



Por que rimos das minorias?



» SILVANO APARECIDO REDON
Professor de sociologia do Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Recentemente, foi noticiado que, mesmo após ser condenado judicialmente, o humorista Léo Lins continua fazendo piadas sobre minorias. Seu novo show, *Enterrado vivo*, apresentado em São Paulo, tem lotado o teatro, com mais de 700 pessoas por sessão. Mas por que fazer piadas — e rir — das minorias soa tão natural, ou até prazeroso, para algumas pessoas?

A situação ganhou destaque após sua condenação a mais de oito anos de prisão, em regime inicialmente fechado, por incitar preconceito e discriminação em um show gravado em 2022. As falas, registradas em vídeo e publicadas no YouTube, só foram suspensas em 2023, após alcançar mais de 3 milhões de visualizações.

Além da pena de prisão, a juíza Bárbara de Lima Iseppi determinou multa equivalente a 1.170 salários mínimos e indenização superior a R\$ 300 mil por danos morais coletivos. O caso gerou debates sobre os limites da liberdade de expressão no humor.

A defesa de Léo Lins sustenta que a condenação representa um ataque à liberdade artística e compara a pena à aplicada em crimes como tráfico e homicídio. Por outro lado, especialistas afirmam que o humor não pode ser usado como escudo para discursos de ódio. O concei-

to de racismo recreativo, por exemplo, descreve práticas em que o humor perpetua estereótipos contra grupos minoritários, disfarçando a opressão sob a forma de piadas.

O caso evidencia a complexa interseção entre liberdade de expressão e responsabilidade social. E nos leva a perguntas necessárias: por que fazer piada com quem historicamente carrega o peso da exclusão, da invisibilidade e da violência? Quem está rindo, de quem se ri e com que consequências?

Quando o humor recai sobre grupos marginalizados — pessoas negras, indígenas, com deficiência, LGBTQIA+, gordas, nordestinas, pessoas vivendo com HIV, autistas, idosos, pobres —, ele não é neutro. Frequentemente, reforça estigmas, desigualdades e formas de opressão.

Há uma herança cultural do riso à custa do outro. Durante séculos, piadas foram construídas em cima de estereótipos — da “loira burra” ao “negro malandro”, da “pobreza engraçada” à pessoa com deficiência ridicularizada. Isso moldou uma cultura em que se considera normal rir de quem está em posição de desvantagem.

Também persiste a falsa ideia de que “é só uma piada”. Muitos argumentam que o humor não tem intenção de ofender, mas a ausência de intenção não elimina o impacto. Piadas têm força simbólica: naturalizam desigualdades, desumanizam, silenciam.

Há ainda o poder e o privilégio de quem ocupa posição superior. Essas pessoas costumam ter dificuldade de perceber o quanto o riso pode ferir quem já sofre opressões. O humor que se nutre da humilhação de grupos marginalizados é, no fundo, um exercício de poder.

Mas e a liberdade de expressão? Ela é um di-

reito fundamental, mas não absoluto. Encontra limites quando viola outros direitos igualmente fundamentais, como a dignidade humana. O humor que perpetua racismo, capacitismo, misoginia ou homofobia não é apenas “politicamente incorreto”: pode ser violento e doloroso.

Não se trata de censura, mas de ética e responsabilidade. De reconhecer que o riso tem direção: pode vir de baixo para cima, desafiando o poder, ou de cima para baixo, reforçando a exclusão dos que já vivem em vulnerabilidade.

Rir das minorias não é inocente. Muitas vezes, é a continuação da opressão por outros meios. Quando a piada reforça o estereótipo da pessoa negra como violenta, da mulher como objeto, da pessoa com deficiência como incapaz, do pobre como piada pronta, ela não diverte: ela perpetua.

Essa reflexão nos leva a outra pergunta: e se o humor mirasse o poder, e não a fragilidade? O humor crítico, que satiriza estruturas injustas, pode ser provocativo, ousado e transformador — sem ser opressor. Pelo contrário, pode expor os mecanismos que alimentam as desigualdades.

Por que rir das minorias quando podemos rir das estruturas que as mantêm em minoria? Por que rir da dor alheia quando há tanto absurdo no privilégio, na corrupção e na hipocrisia dos que decidem?

O humor pode ser ferramenta de crítica, resistência e sensibilidade. Mas, para isso, precisa deixar de mirar sempre os mesmos alvos fáceis e começar a cutucar onde realmente incomoda: nos preconceitos naturalizados e nos privilégios silenciosos.

Rir pode ser libertador — desde que não seja à custa da dignidade do outro.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (linterina) // circecunha.df@abr.com.br



Sobre a capital da esperança

Há tempos, o vento sopra contra a bússola. Quando a arte de planejar é abandonada, ou substituída por caprichos momentâneos, até o mais sólido dos alicerces começa a ceder. Essa verdade se aplica com mais força ainda ao organismo político complexo. Uma gestão sem planejamento é como um corpo sem esqueleto: sobrevive, mas vergado, adoecido, desfigurado.

Nosso centro administrativo na capital do país — tão meticulosamente desenhado em papel e sonho — foi, um dia, símbolo de uma promessa racional. Com traços modernos e espírito de vanguarda, pretendia-se erguer não apenas uma cidade, mas um novo modo de habitar o poder. Os eixos da capital não brotaram do acaso: vieram da mente de quem ousou imaginar o depois de amanhã.

Hoje, no entanto, a racionalidade daquele gesto inaugural não condiz com a política nacional abrigada na cidade. O improviso tornou-se método. A pressa eleitoral substituiu o traçado técnico. As necessidades de poucos se sobrepuseram ao bem de muitos. Por conveniência ou por cálculo, decidiu-se ajustar a Esplanada dos Ministérios à vontade dos passageiros do turno. O resultado? Um amontoado de desculpas que fazem a gestão envelhecer antes da hora, medidas provisórias, soluções improvisadas e interesses que não aparecem nos diários oficiais.

Há setores da cidade onde o solo treme diante de novas informações. Outros são engolidos por estruturas parasitárias que avançam sem freios sobre cidadãos comuns, em nome de uma lógica que muitos fingem não ver. Não faltam elefantes brancos, erguidos a preços de ouro, cujas sombras cobrem o erário e sufocam o contribuinte. E tudo isso sob o silêncio ou a cumplicidade de quem deveria zelar.

Curiosamente, no seio da capital, onde deveriam pulsar centros de estudo e reflexão urbana, impera a ausência. Onde estão os levantamentos técnicos? Onde está o diagnóstico dos pontos frágeis? Não se ouve a voz das academias, tampouco se vê sinal da caneta dos planejadores. A cidade parece agora viver à mercê da política mal calculada como se bastasse sempre “dar um jeito”.

Mas há limites para o improviso. Quando tudo é exceção, a regra desaparece. Quando tudo é urgente, o essencial se perde. E assim seguimos, a passos curtos e apressados, na contramão daquilo que um dia poderia ter sido.

A cidade, pensada numa política de futuro, é quase um ato de resistência. Talvez, ainda haja tempo. Mas esse tempo exige coragem: de voltar à prancheta, de dizer não ao provisório, de confrontar os interesses rotativos e, sobretudo, de devolver ao povo brasileiro o direito de ser pensado com os olhos do amanhã.

Não é por acaso que, pelo mundo, o investimento em inteligência é o que predomina. Essa é a diferença. Fazer política não é remendar buracos ou inaugurar estruturas com placas reluzentes. É preciso visão. E, para isso, é necessário permitir que a técnica fale mais alto do que o aplauso fácil.

O que temos visto, porém, é o triunfo do improviso sobre o critério. Em nome de conveniências passageiras, áreas públicas são loteadas, normas são flexibilizadas e o interesse coletivo é empurrado para um futuro sempre adiado. Cada puxadinho interesseiro tolerado, cada invasão das regras ignoradas, cada estrutura faraônica que serve mais à vaidade do que à função pública, representa uma escolha — e não escolher também é uma escolha. A cidade é espelho disso tudo: reflete não só os traços do tempo, mas também as omissões de quem paga a conta.

Ao fim, resta a pergunta incômoda: o que deixaremos para aqueles que ainda não nasceram? Será que estaremos apenas perpetuando um modelo de política que desapareceu a pensar? E quando uma cidade, um país, para de pensar, o que sobra é a repetição automática do erro. Não é esse o legado que uma capital, ainda chamada patrimônio, deveria desejar carregar.

» A frase que foi pronunciada

“É preciso tanta energia para desejar quanto para planejar.”

Eleanor Roosevelt

Terra sem lei

» Se existe uma Lei Geral de Proteção de Dados, não faz o menor sentido um cliente de operadora de celular receber mais de 20 telefonemas de robôs por dia. Pior do que isso é a ouvidoria das operadoras deixarem um som irritante para o consumidor ouvir por mais de 40 minutos sem atendimento. E ainda há o pior. A Anatel só aceita a reclamação se houver registro na ouvidoria da operadora.

» História de Brasília

O auditório da Universidade de Brasília se chama 2 Candangos, como homenagem ao Reitor aos 2 anônimos que morreram na construção da instituição. Em homenagem, diremos seus nomes: Gildemar Marques, de Bom Jesus, Piauí, 19 anos e Expedito Xavier Gomes, de Ipu, Ceará, 27 anos.